

Discurso proferido a convite da Fundação da Câmara dos Deputados de Itália no Colóquio comemorativo dos 50 anos da assinatura dos Tratados de Roma, intitulado "Ser europeu hoje; caminho para a identidade entre o passado e o futuro"

**Minhas Senhoras**

**Meus Senhores,**

1. Começo por agradecer o honroso convite que me foi dirigido pelo Presidente da Fundação da Câmara dos Deputados Pier Ferdinando Casini e pelo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Fausto Bertinotti para participar no Colóquio comemorativo dos 50 anos da assinatura dos Tratados de Roma, intitulado: "Ser europeu hoje; caminho para a identidade entre o passado e o futuro".

2. Com efeito, ser europeu hoje significa algo bem diferente do que há 50 anos, nos anos que se seguiram à II Grande Guerra Mundial, com a Europa devastada, dividida e em ruínas, algumas populações ainda deslocadas e a fazerem a difícil aprendizagem da vida em liberdade e de uma nova ordem mundial, onde as duas grandes super-potências rivais eram extra-europeias... Por outro lado, numa Europa, dividida pela "cortina de ferro", com sistemas económico-sociais diferenciados, em busca da sua própria identidade ou identidades, entre paradigmas exteriores ao berço da chamada "Civilização Ocidental"...

3. Hoje, cinquenta anos depois, vivida uma história extremamente rica, complexa e plena de acontecimentos contraditórios - mas em paz! - com as feridas da guerra saradas e as velhas rivalidades e ódios superados, por cinquenta anos de convivência pacífica, olhamos para nós, europeus, habitantes de uma terra, um pequeno Continente, com tantas tradições diferenciadas, e um mosaico de línguas, de religiões, de formas de estar e de viver, e perguntamo-nos: qual é a nossa identidade, o que nos une, como europeus, e o que nos distingue das populações dos outros continentes, neste mundo globalizado em que hoje vivemos?

4. Não é seguramente a geografia que nos identifica visto que as fronteiras do que hoje chamamos União Europeia não coincidem exactamente com as divisões que a geografia política nos ensinou, desde há dois ou três séculos; não é a religião, porque hoje todas as religiões coexistem - e são respeitadas - no nosso velho Continente, onde o laicismo, a separação do Estado das Igrejas, é praticado, mais ou menos, por todos os Estados membros da União; não são também as etnias nem as cores da pele dos europeus - porque hoje temos, felizmente, europeus, de todas as cores e etnias, em maior ou menor proporção.

5. O que nos identifica - e distingue dos outros Continentes - mesmo do Continente Americano, a América do norte, central e a do sul, que também pertencem à Civilização dita Ocidental - são os valores sócio-políticos e morais que moldaram os nossos Tratados Constitutivos, desde o início da nossa caminhada europeia, aqui em Roma. O valor da paz, antes de todos os outros, não só como rejeição da guerra, mas como cultura, a melhor forma de dirimir os conflitos, por negociações e compromissos recíprocos; o valor da liberdade individual, política, religiosa e da dignidade da pessoa humana; a assunção dos Direitos Humanos, como coluna central de todas as construções políticas; o respeito pelos outros e o direito à diferença, bem como o

reconhecimento das opções políticas, religiosas, sociais, culturais e sexuais, de cada ser humano; a luta contra as desigualdades sociais e o direito de cada pessoa a viver em sociedades de bem estar, libertas do medo da doença, do desemprego, da velhice e de um futuro incerto; a solidariedade em relação a todos os povos e etnias, sobretudo às sociedades que sofrem de maior pobreza, sem ou com escasso acesso aos bens essenciais à vida...

6. Como todos sabemos, a construção europeia começou por ser um acordo económico entre dois países (antes inimigos, saídos da guerra) e dos seus quatro vizinhos mais próximos. A Comunidade do Carvão e do Aço, pôs em comum a gestão dos dois produtos que eram, nessa época, o nervo da guerra. Foi, portanto, desde o início, um projecto político: a vontade comum de paz e de renunciar à guerra como forma de resolução dos conflitos.

Depois, evoluiu, por pequenos passos, como nos ensinou Jean Monnet, para um mercado comum e para um espaço de livre câmbio, orientando as políticas, sobretudo as monetárias, dos Estados membros, por forma concertada e negocial.

7. O sucesso do método e do projecto Comunitário foi imenso. Foi - e é - o projecto político mais original, nascido no século passado, que tem suscitado uma enorme atracção nos Estados vizinhos e de todos os Continentes. Porque a par do mercado único, construíram-se sociedades de liberdade e de bem estar, estabeleceu-se o princípio da igualdade de todos os Estados membros, independentemente do seu tamanho e riqueza, e o princípio da solidariedade interna - entre todos os Estados membros da Comunidade - e mesmo da solidariedade exterior ao espaço Comunitário.

8. Esse tipo de construção - o chamado modelo social europeu - que não é uniforme, visto comportar diferenças nas suas aplicações, de Estado para Estado, constitui, sem dúvida, um elemento identitário fundamental da União Europeia.

9. Portugal e Espanha, libertos das duas ditaduras, vindas da fase anterior à guerra, e que sobreviveram à vitória das democracias por efeito da chamada "guerra fria", entraram, simultaneamente, na Comunidade Económica Europeia. Falo como português. Posso, por isso, dizer-vos que o que mais nos interessou no processo de adesão à então CEE não foram os esperados apoios comunitários para recuperarmos do atraso em relação aos outros países comunitários e ajudar ao desenvolvimento português. Foi a garantia política de que poderíamos viver tranquilamente a consolidação e o aprofundamento da nossa jovem democracia, ao abrigo de golpes militares ou outras aventuras, então possíveis.

10. Contudo, vinte e um anos passados sobre a nossa entrada, de pleno direito, na Comunidade posso dizer-vos que Portugal beneficiou enormemente com a nossa adesão à CEE, depois do Tratado de Maastricht, em 1992. União Europeia, União de Estados, diga-se, mas também de Povos.

Não foram só os apoios financeiros - como construção de portos, aeroportos, auto-estradas, hospitais, universidades, etc. - que contribuíram para a transformação de Portugal, a ponto de ser hoje um país irreconhecível em relação ao que era antes da adesão. Foi, sobretudo, a transformação das mentalidades e a abertura cultural e humana que o choque europeu nos trouxe. Creio que com a Espanha se passou o mesmo.

Por isso, Espanha e Portugal, são dois Estados cujas populações são profundamente europeístas. Porque sabem - e não esquecem - o que devem à Comunidade Europeia.

11. Depois da entrada na Comunidade de Espanha e Portugal, que constituiu o 3º. alargamento (uma Europa a 12, como as estrelas da bandeira da União), houve mais três alargamentos: quando a CEE passou de

12 a 15, com a entrada dos três países ditos neutros (Suécia, Áustria e Finlândia), depois de 15 a 25 e ainda de 25 a 27, já em Janeiro do corrente ano. E não parou, visto que há novos Estados que continuam a bater à porta da União...

Entretanto, como referi, em 1992, cumprido o desafio de Jacques Delors e criadas as bases do Mercado Único Europeu, a CEE transformou-se em União Europeia, dando um enorme passo no seu aprofundamento político, em parte para responder ao colapso internacional do universo comunista. Mas não avançou nada no plano institucional. O que agravou o desequilíbrio e, sobretudo, constituiu um paradoxo, visto que o aprofundamento institucional devia ter precedido os sucessivos alargamentos, e não o contrário...

12. Não quero entrar aqui na querela aprofundamento versus alargamento. Noto apenas que, como é evidente, não é a mesma coisa governar uma União a 15 Estados ou a 27, tanto mais que alguns dos novos Estados-membros têm uma visão diferente do que seja o acquis communautaire e do próprio projecto político que decorre da criação da União. Depois, ainda, há situações diferenciadas entre os Estados que pertencem à zona euro, ao espaço Schengen e, agora, entre os que ratificaram e os que não ratificaram o Tratado Constitucional, metido no congelador, apressadamente, após os resultados negativos dos referendos feitos em França e na Holanda.

13. Daí a profunda crise que afecta hoje a União Europeia e que é responsável pela paralisia - e pela falta de rumo a seguir - em que se encontra. Indecisão e paralisia tanto mais graves quanto nos inserimos num mundo globalizado em acelerada transformação, marcado pela força crescente dos Estados emergentes, os chamados BRICs - Brasil, Rússia, Índia, China - pela revolta contra as profundas desigualdades e humilhações de que sofrem dois terços da Humanidade, pelo terrorismo global, pelas guerras no Médio Oriente - Afeganistão e Iraque

e pelo conflito Israelo-Palestiniano que já desestabilizou o Líbano e vários outros Estados da Região e pelos atentados contra os equilíbrios ecológicos do nosso Planeta, de que o efeito de estufa e o aquecimento global são dos mais conhecidos mas, infelizmente, não os únicos...

14. Como ultrapassar o impasse em que se encontra a União, que tem o peso populacional dos seus actuais quinhentos milhões de habitantes e que representa um dos polos de maior desenvolvimento mundial, tanto no que se refere aos recursos humanos como à potência do capital acumulado?

A chanceler da Alemanha, Angela Merkel, presidente da União no actual semestre, tem um projecto coerente para o conseguir, e, a meu ver, deve ser ajudada no seu trabalho. Pretende "fortalecer o modelo económico e social europeu e continuar o processo constitucional", sem o que a construção europeia não poderá avançar. Pior: entrará em perigoso retrocesso. Há que reforçar a Europa dos Cidadãos - que contar com as opiniões públicas europeias e as informar - para que se possa criar uma verdadeira cidadania europeia, que será a seiva e o motor da União.

15. Sucede que a União está já a negociar com a Turquia e a Croácia, novos processos de adesão. Por todas as razões - que têm a ver com a paz e o equilíbrio do mundo - devem continuar, cumprido o protocolo de Ankara, ainda que não possam terminar as negociações, como escreveu Merkel (vide o seu artigo no "El Pais", de 5 do corrente), antes de meados da próxima década. E com a Albânia, a Bósnia-Herzegovina, a Macedónia, o Montenegro, e a Sérvia cujas adesões, a prazo, são inevitáveis e extremamente vantajosas para ambas as partes, do ponto de vista da paz no Continente Europeu. Pela mesma razão é desejável que se possam vincular à União, de algum modo, a Ucrânia, e a região do Mar Negro e outros países próximos que o pretendam. Mas, claro, de forma diferente da integração plena, uma

vez que as fronteiras europeias não podem alargar-se indefinitivamente.

16. Outro desafio a que não devemos fugir é o da imigração, legal e clandestina, que nos chega das regiões vizinhas e que se prende com a situação de pobreza extrema em que vivem as populações do sul. É um tema da agenda da presidência alemã - que importa regular com consciência e clareza - que, por outro lado, se liga com o orçamento da União e com a eventualidade de um pequeno imposto a pagar à União por todos os europeus. É uma ideia impopular, eu sei, mas a que, mais dia menos dia, não se poderá fugir, se quisermos avançar para uma verdadeira União.

17. Há, porém, alguns Estados membros que não desejam avançar nesse caminho da integração e que encaram a União apenas como uma mera área de livre câmbio. Ora não é, nem nunca foi só isso, mau grado o contágio economicista e neo-liberal de que têm sofrido tantos líderes políticos europeus, alguns que continuam mesmo a considerar-se socialistas, social-democratas ou social-cristãos...

É verdade que a União é um contrato voluntário dos Estados-membros. Não os podemos pois obrigar - nem deveríamos - a ir por um caminho que, manifestamente, alguns não desejam seguir. Mas, por outro lado, não devemos impedir-nos de avançar só porque alguns não o querem fazer. Como proceder então?

18. Não vejo outro caminho que não seja o indicado pelo actual Primeiro Ministro belga, Guy Verhofstadt, no seu recente livro "Os Estados Unidos da Europa", que aliás retoma uma velha ideia de François Mitterrand, sobre os dois círculos concêntricos europeus. Ou seja: os Estados que queiram avançar no caminho que parece ínsito na criação da União - uma Federação Europeia de Estados - devem fazê-lo, não fechando, no entanto, a porta aos Estados-membros que queiram permanecer apenas numa área de livre câmbio europeu, como sucedeu com as áreas de cooperação reforçada como: a moeda única,

o espaço Schengen e, de algum modo, com a chamada Política Externa e de Defesa Comum (PESC). Os que avançarem não deixam de ser solidários com os que ficam, como estão, mas, em contrapartida, estes não impedem os que querem avançar, de o fazer.

19. É preciso dar esse salto em frente. O Mundo, tão inseguro em que vivemos, precisa de uma Europa forte e unida que fale a uma única voz. Que acredite nos valores que são os seus e não tenha receio de os proclamar sempre que seja necessário. Uma Europa de paz, com sólidas dimensões sociais e ecológicas, centro de multiculturalismo, de bem-estar e de irradiação dos valores humanistas e universalistas, que tanto proclamam.

Muito obrigado!

Roma, 9 de Fevereiro de 2007